

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 22 a 26 de abril, em Brasília.

A BOLA ESTÁ COM O CONGRESSO.

Após o adiamento da votação da Reforma da Previdência na última semana, o Palácio do Planalto passou a ceder nem suas negociações com a base aliada. Indo contra sua estratégia inicial, decidiu ceder a alteração de pelo menos 4 pontos do projeto ainda na primeira fase de discussões na Comissão de Constituição e Justiça. Assim, espera-se a retirada: i) da obrigatoriedade de recolhimento de FGTS de aposentados e do pagamento da multa de 40% da rescisão contratual deles; ii) da definição de aposentadoria compulsória da Constituição, transferindo mudanças para lei complementar; iii) do foro de Brasília para qualquer tipo de ação judicial sobre questões previdenciárias da reforma; e iv) do dispositivo que estabelecia que apenas o Poder Executivo Federal poderia sugerir propostas de alteração às regras da Previdência.

Tal recuo desagradou o grupo de parlamentares que vinham defendendo a proposta de maneira mais aguerrida. A

percepção foi de fragilidade na articulação e falta de compromisso do Governo com tema, além sinalização de que o texto deve seguir sendo desidratado quando aumentar a pressão sobre o assunto durante as fases de discussão na Comissão Especial e Plenário.

Em paralelo, cresce a pressão dos parlamentares para aumentar o protagonismo político do Congresso Nacional. Além de sinalizar priorização dos projetos de autoria dos parlamentares tendo em vista a enxurrada de Medidas Provisórias que se aproximam da pauta do Plenário, focam em projetos que reduzem a autonomia do Poder Executivo, como a PEC do Orçamento Impositivo, limitação do poder do presidente de editar medidas provisórias

Já o Judiciário, segue tentando vencer a crise de imagem pós-censura de reportagem sobre delação da Odebrecht citando o presidente do STF, ministro Dias Toffoli. A ação gerou grande repercussão negativa na mídia, Congresso e até mesmo de dentro do Palácio do Planalto.

Destaques da Semana

Terça

- Será retomada a [deliberação sobre a PEC da Reforma da Previdência](#) na CCJC.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Jair Bolsonaro participou hoje (15) de reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia), o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Santos Cruz, o governador do estado de Roraima, Antônio Denarium, o vice-presidente do Superior Tribunal Militar, José Barroso Filho e o ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Admar Gonzaga Neto.

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni se encontrou ao longo desta segunda (15) com os ministros Paulo Guedes (Economia) e Bento Albuquerque (Minas e Energia); se reuniu com o Secretário Especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar; e com os líderes do governo, senador Fernando Bezerra (MDB-PE),

MCTIC

Ministério da Ciência
Tecnologia, Inovações e
Comunicações

ANATEL
Agência Nacional de
Telecomunicações

ME

Ministério da Economia

deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) e deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO) entre outros Deputados Federais e Senadores.

Agenda do ministro – Marcos Pontes participou de reuniões internas do ministério nessa segunda (22).

Agenda Internacional

- ✓ Genebra (Suíça) - Reunião da Comissão de Estudos 3 do Setor de normalização da UIT (UIT-TI).

869ª Reunião do Conselho Diretor – O Conselho Diretor da ANATEL promove nesta (25), a partir das 10h, a sua 869ª Reunião pública. Dentre os itens da **pauta**, está a proposta de consulta pública sobre proposta de destinação das faixas de radiofrequências na chamada “banda S” ao Serviço Móvel Pessoal (SMP), ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), ao Serviço Limitado Privado (SLP) e ao Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS); e a prorrogação de direito de exploração de satélite estrangeiro.

Agenda do ministro – Após retornar de compromissos nos Estados Unidos, **Paulo Guedes** se reuniu, nesta segunda (22), com o presidente Jair Bolsonaro, com o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), com a superintendente da SUSEP, Solange Paiva Vieira e com o presidente executivo da Brasscom, Sérgio Paulo Gallindo.

Agenda Internacional

- ✓ Paris (França) – Thematic Workshop on Institutional Sector Accounts, da OCDE e do FMI.
- ✓ Paris (França) – Working Group on Shortterm Economic Prospects (STEP), da OCDE.
- ✓ Lisboa (Portugal) – VII Fórum Jurídico de Lisboa, “Justiça e Segurança”.
- ✓ Buenos Aires (Argentina) – 15ª Reunião do Grupo de Trabalho do Projeto de Harmonização dos Dados das Declarações Aduaneiras do Mercosul (MODDA).
- ✓ Buenos Aires (Argentina) – I rodada de negociações MERCOSUL-Singapura.
- ✓ Nova Iorque (Estados Unidos) – Reunião do comitê de especialistas em cooperação internacional sobre matéria tributária e reunião do subcomitê sobre tributação de indústrias extrativas da ONU.
- ✓ Montevidéu (Uruguai) – CLXIV Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)
- ✓ Moscou (Rússia) – Reuniões do Grupo de Trabalho em Infraestrutura (IWG) e da força tarefa dos BRICS em PPP e infraestrutura.

Balança Comercial – Balança comercial tem superávit de US\$ 1,1 bilhão na terceira semana de abril. Com exportações de US\$ 3,832 bilhões e importações de US\$ 2,638 bilhões, na terceira semana de abril de 2019 a balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 1,193 bilhão. No mês, o saldo positivo é de US\$ 4,759 bilhões, resultado de exportações de US\$ 13,690 bilhões e importações de US\$ 8,931 bilhões. No acumulado do ano, as vendas externas brasileiras totalizam US\$ 66,344 bilhões e as compras

BACEN
Banco Central do Brasil

no exterior somam US\$ 51,069 bilhões, com superávit de US\$ 15,274 bilhões.

Boletim Focus – Pela oitava vez seguida, o Boletim Focus reduziu a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 e também para 2020. Na última semana, os analistas do mercado financeiro estimavam um crescimento de 1,95% para este ano. Entretanto, o Boletim divulgado nesta segunda-feira (22) apontou que o crescimento deverá ficar em 1,71%. A previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2019 caiu, saindo de 4,06% para o 4,01%. Já a taxa de juros (Selic) será mantida pelo Banco Central em 6,5% em 2019 e de 7,5% em 2020. A previsão para o dólar subiu de R\$ 3,70 para R\$ 3,75.

Agenda Internacional

✓ Paris (França) – Session of the Trade Committee, da OCDE.

BNDES
Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e
Social

Agenda do presidente – **Joaquim Levy** participou nessa segunda (22) de reuniões internas do BNDES.

CGU
Controladoria Geral da União

Agenda Internacional do ministro – **Wagner de Campos Rosário** recebeu hoje (22) participou de reuniões internas da Controladoria Geral da União.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

A Liderança do MDB organiza o evento "XI Congresso Brasileiro de Convention & Visitors Bureau", a realizar-se na terça-feira (23).

Comissões Mistas

Na terça (23), as Comissões Mistas da **MPV 862/18** (Estatuto da metrópole) e da **MPV 863/18** (Código Brasileiro de Aeronáutica) convocaram reuniões deliberativas para apreciação dos relatórios.

Na quarta (24), também serão realizadas reuniões deliberativas no âmbito das Comissões Mistas da **MPV 867/18** (Programa de Regularização Ambiental), **MPV 868/18** (Altera o marco legal do saneamento básico) e **MPV 869** (Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD).

Já a Comissão da **MPV 870/19** (Organização da Presidência e dos Ministérios) promoverá **cinco audiências públicas** ao longo da semana. Na terça estão previstas duas audiências, que deve contar com a presença de representantes dos povos indígenas e quilombolas, da Associação de Servidores do Ibama e do Instituto Socioambiental, entre outros.

No dia seguinte, também serão promovidas duas reuniões que devem contar com a participação de membros do Poder Judiciário e representantes da CUT e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, entre outros. Na quinta (25), acontecerá o último debate da semana, que deve contar com a participação de representantes do Ministério da Economia e da Casa Civil.

A Comissão da **MPV 871/19** (Combate a fraudes no INSS) também agendou

<p>Frente Parlamentar Mista de Economia e Cidadania Digital</p>	<p>audiência pública na quinta (25) para debater a matéria com representantes do Ministério da Economia, INSS, TCU, CONTAG e CONTAR.</p> <p>Na quarta (24), a Frente promoverá audiência pública sobre o Marco de Inovação e Startups, com a participação de Caio Megale, do Ministério da Economia, e Paulo Alvim, do Ministério de Ciência e Tecnologia.</p>
<p>Câmara dos Deputados Plenário</p>	<p>A pauta do Plenário encontra-se trancada pelas MPV 855/18 (Distribuidoras de Energia) e MPV 859/18 (Viabiliza empréstimos do FGTS para santas casas).</p> <p>Outros destaques são a apreciação do PL 1292/95, que dispõe sobre a <u>modernização da Lei de Licitações</u> e o PL 9617/18, que <u>trata da gestão compartilhada dos recursos públicos</u>.</p> <p>Durante a semana acontecerão também a sessões solenes em homenagem ao Dia da Polícia Civil, do Contabilista e dos Bombeiros Militares e ao 51º Aniversário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).</p>
<p>Senado Federal Plenário</p>	<p>Os senadores devem deliberar sobre o PEC 13/15, que dispõe sobre o <u>direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado</u>; e o PLS 399/15, que estabelece que os <u>recursos devidos aos Estados e Municípios, a título de ressarcimento, não poderão ser objeto de contingenciamento por parte da União</u>.</p>

Temáticas em Pauta nas Comissões

<p>DIREITOS HUMANOS Aprendizagem</p>	<p>Câmara CLP Quarta (24)</p> <p>Audiência Pública – sobre os 18 anos da Lei da Aprendizagem: a vida profissional começando por direito. Foram convidados, entre outros, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Dameres Alves; e a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Kátia Arruda.</p>
<p>ECONOMIA BNDES</p>	<p>Câmara CPI DO BNDES Terça (23)</p> <p>Pauta – Tomada de depoimento do Sr. Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do BNDES.</p>
<p>EDUCAÇÃO Ensino Médio</p>	<p>Câmara CE Terça (23)</p> <p>Seminário – “Ensino Médio em Tempo Integral - Alternativa para o Ensino Médio Brasileiro?”.</p> <p>Câmara Bancada Feminina Terça (23)</p> <p>Audiência Pública – sobre políticas públicas no âmbito da educação. Foram</p>

<p>Prioridades do Setor</p>	<p>convidadas representantes da Procuradoria Geral da Mulher e reitoras de universidades federais.</p> <p style="text-align: right;">Câmara CE Quinta (25)</p>
<p>Educação Básica</p>	<p>Seminário – “Financiamento da Educação Básica: qualidade, eficiência e equidade”.</p> <p style="text-align: right;">Senado CLP Terça (23)</p>
<p>REFORMA DA PREVIDÊNCIA</p> <p>Prioridades do Setor</p>	<p>Audiência Pública – debater a reforma da Previdência. Foram convidados, entre outros, o ex-ministro da Previdência Social Ricardo Berzoini; representantes da Central Única dos Trabalhadores; e do Sindicato das Domésticas.</p> <p style="text-align: right;">Senado CCJC Terça (23)</p> <p>Pauta – deliberação do parecer do parecer do deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG) pela admissibilidade da PEC 6/19 (Reforma da Previdência).</p>
<p>TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</p>	<p style="text-align: right;">Câmara CDC Terça (23)</p>
<p>Telefonia</p>	<p>Audiência Pública – sobre a política de expansão do serviço de telefonia para os anos de 2019 e 2020, bem como as ações de fiscalização e demais assuntos de competência da agência. Foi convidado o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Leonardo Euler de Moraes.</p> <p style="text-align: right;">Câmara CDC Quarta (24)</p>
<p>Inteligência Artificial</p>	<p>Audiência Pública – sobre o uso das tendências tecnológicas de inteligência artificial, machine learning e deep learning e os impactos no contexto social. Foram convidados, entre outros, o secretário de Segurança Pública da Bahia, Maurício Teles Barbosa; e o membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), Sérgio Amadeu da Silveira.</p> <p style="text-align: right;">Câmara CDHM Quarta (24)</p>
<p>Internet</p>	<p>Audiência Pública – sobre os perigos da deep web para as crianças e os adolescentes. Foram convidados, entre outros, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Dameres Alves; e a chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, Cassiana Saad de Carvalho.</p>

Política

Cinco projetos prioritários para o setor industrial estão em análise no Senado. Além da reforma da Previdência (PEC 6/2019), o setor industrial defende a aprovação de uma série de projetos em discussão no Congresso para melhorar o ambiente de negócios e ajudar o setor a crescer. Ao todo, a Agenda Legislativa da Indústria 2019 reúne 123 propostas de seu interesse a tramitar na Câmara e no Senado. Entre elas, 14 integram uma “pauta mínima” — conjunto de temas urgentes na visão da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Cinco delas estão no Senado, além da reforma da Previdência: Código de Defesa do Contribuinte, Trabalho no exterior, Segurança no trabalho, Créditos tributários, mas nem todos os projetos são considerados prioritários pelos parlamentares e podem seguir um longo caminho antes da aprovação. Fonte: Agência Senado

Senado vai liderar revisão do Pacto Federativo, diz Davi Alcolumbre. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu nesta quarta-feira (17) um novo Pacto Federativo, com uma nova distribuição dos recursos arrecadados entre os estados, os municípios e a União. Ele anunciou a criação de grupos temáticos para estudar

mudanças na legislação e estabelecer uma nova fórmula para distribuir os recursos públicos para os entes federativos. Após reunião com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, Davi manifestou apoio à reforma da Previdência, que classificou como "a mãe das reformas". Mas, no momento, disse o presidente da Casa, o Senado vai "pilotar" a revisão do Pacto Federativo. Fonte: Agência Senado

Governo faz novas mudanças no Ministério da Educação. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, exonerou hoje (18) o diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Paulo Cesar Teixeira e Ricardo Machado Vieira, que era assessor especial do ministro da Educação. As demissões foram publicadas no Diário Oficial da União. Vieira foi nomeado secretário-executivo do MEC no final de março, na gestão do então ministro Ricardo Vélez. Quando o atual ministro, Abraham Weintraub, assumiu, anunciou que o cargo seria ocupado por Antonio Paulo Vogel de Medeiros. Já Teixeira pediu demissão também no final do mês passado, quando o então presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, foi exonerado. A demissão, que foi oficializada hoje, ocorreu após o anúncio de que a avaliação da alfabetização não seria realizada este ano, mas apenas em 2021. Logo após, o MEC revogou a medida que definia o adiamento. Fonte: Agência Brasil

Economistas passam a ver crescimento de 1,71% da economia brasileira em 2019. A estimativa de crescimento econômico do Brasil neste ano voltou a ser reduzida com força na pesquisa Focus que o Banco Central divulgou nesta segunda-feira, com um ritmo esperado para a indústria bem mais fraco. O levantamento semanal apontou que a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 agora é de um crescimento de 1,71 por cento, de 1,95 por cento na semana anterior, na oitava semana seguida de redução. O cenário para a produção industrial em 2019 sofreu forte piora, com as contas para o crescimento do setor passando a 1,70 por cento, de 2,30 por cento antes. Fonte: Reuters

Dobrada resistência de Bolsonaro, governo quer privatização dos Correios, diz fonte. Vencida a resistência do presidente Jair Bolsonaro à privatização dos Correios, a equipe econômica se debruça agora sobre a venda da estatal, disse à Reuters um integrante do time, em meio à avaliação de que a empresa ganhará mais liberdade para se modernizar e responder às mudanças no mercado promovidas pelo comércio eletrônico sem a União como controladora. Fonte: Reuters

Parlamento quer limitar poder do presidente. Políticos experientes dizem que o empoderamento do Congresso não é uma retaliação ao governo do presidente Jair Bolsonaro, mas uma forma de buscar o equilíbrio com os demais poderes. O orçamento autorizativo e as medidas provisórias, afirmam, conferem ao presidente um poder imperial. Autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita a edição, hoje ilimitada, de medidas provisórias em cinco, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também enxerga uma oportunidade para que o Congresso abandone a prática "de trocar apoio por emendas e cargos e se coloque como o principal formulador de políticas públicas". Fonte: O Estado de S. Paulo

Congresso impõe agenda própria a Bolsonaro. Enquanto o governo tenta encontrar o rumo da articulação política, o Congresso impõe uma agenda própria. Na prática, foi o presidente Jair Bolsonaro quem abriu o caminho para o "empoderamento" do Legislativo ao abandonar o presidencialismo de coalizão, modelo de governar dos seus antecessores. O Parlamento ocupou o espaço vazio: já são seis as iniciativas traçadas pelo Congresso para garantir maior influência e poder político. Fonte: O Estado de S. Paulo

Salles decide militarizar Ministério do Meio Ambiente. A área ambiental do governo Bolsonaro passa por um processo de militarização. Do alto escalão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) até as diretorias do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), postos-chave estão agora sob a tutela de oficiais das Forças Armadas e da Polícia Militar. A orientação dada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro e levada a cabo pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é a de acabar com o "arcabouço ideológico" no setor. Já são pelo menos 12 militares. Fonte: O Estado de S. Paulo

Plano de privatizações de Guedes esbarra em resistência nos ministérios. Nem a condição de "superministro" de Paulo Guedes tem sido suficiente para convencer colegas da necessidade de privatizar estatais para enxugar a máquina pública e reduzir gastos. Empresas do topo da lista para serem vendidas ou fechadas estão até mesmo recebendo novos funcionários. As maiores resistências vêm dos ministérios de Ciência e Tecnologia, Agricultura, Minas e Energia e Infraestrutura. Um dos símbolos da dificuldade é a resistência do ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, em vender suas estatais, como os Correios. A EBC, empresa de comunicação que o próprio Jair Bolsonaro defendeu extinguir ou privatizar, agora teve os planos revistos pelo Palácio do Planalto. Fonte: O Estado de S. Paulo

Guedes defende a mesma transparência do Copom para política de preços da Petrobrás. O ministro da Economia, Paulo Guedes, recorreu neste sábado, 20, à transparência do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para dar como exemplo o quão clara deve ser a política de reajuste de preços dos combustíveis pela

Petrobrás. No Copom, as decisões sobre a taxa básica de juros Selic são tomadas em reunião em porta fechada, sem a intervenção do presidente da República, apenas com técnicos do Banco Central. Fonte: O Estado de S. Paulo

Frustração precoce com gestão Bolsonaro retarda retomada da economia. A economia brasileira caminha para registrar mais um ano perdido. Ao menos é essa a visão dos especialistas, caso o crescimento fique mesmo próximo de 1%, como indica a onda de revisões feitas por instituições financeiras nas últimas semanas. Economistas ouvidos pela Folha falam em crescimento medíocre ou frustrante, levado por um novo componente: os riscos ligados à política econômica. Fonte: Folha de S. Paulo

Governo lança na próxima semana novo portal para incentivar investimentos. Portal do Ombudsman de Investimentos Diretos será lançado durante evento em São Paulo, para melhorar o ambiente de negócios no Brasil e atrair novos investimentos para o país. Junto com o Portal do Ombudsman, o Departamento de Investimentos Estrangeiros da Câmara de Comércio Exterior (Camex/Secint) lançará no evento o novo modelo do PCN, o Ponto de Contato Nacional da OCDE para empresas multinacionais operando no Brasil. Essas ações visam também fomentar os investimentos brasileiros no exterior e promover o comportamento socialmente responsável por parte das empresas. Fonte: ASCOM - ME

Governo quer instituir meritocracia como critério para reajuste do servidor público. O governo Jair Bolsonaro pretende encerrar o período de reajuste linear para os servidores públicos e instituir o que o ministro Paulo Guedes chamou, em reunião com sua equipe no Ministério da Economia, de meritocracia. O valor do reajuste passaria a ser diferenciado. Ainda não está decidido se por categoria ou por funcionário, a partir de avaliação feita pelo cidadão ao utilizar o serviço público. Técnicos do Ministério da Economia estão estudando como implementar este tipo de avaliação para o servidor público. Uma das ideias é repetir o que já acontece em empresas privadas e lojas do comércio: na saída da loja, o cliente é instado a fazer sua avaliação; numa máquina, ele aperta o botão verde se sair satisfeito; amarelo se o atendimento foi regular ou vermelho se não gostou do atendimento. Fonte: G1 Notícias

Poder Judiciário

Supremo avalia mudar regimento para aumentar quantidade de julgamentos virtuais. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estudam mudar o regimento interno da Corte para ampliar o número de julgamentos em ambiente virtual. A intenção é agilizar os julgamentos e diminuir o estoque de processos – atualmente há cerca de 37 mil ações em andamento no Supremo. Conforme as regras atuais, somente dois tipos de recursos podem ser julgados virtualmente pelos ministros: agravos regimentais e embargos de declaração. O primeiro é um tipo de recurso apresentado contra decisão individual de um dos ministros, incluindo o presidente do tribunal e das turmas. O segundo tem como objetivo esclarecer supostas obscuridades, dúvidas, omissões e contradições contidas em decisões individuais de ministros ou de órgãos colegiados (plenários e turmas). Fonte: G1 Notícias

Após revogação de censura, ministros querem análise de inquérito pelo plenário do Supremo. Após a decisão do ministro Alexandre de Moraes de revogar a determinação dele próprio que censurou os sites "O Antagonista" e o da revista "Crusoé", ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ouvidos pelo blog avaliam que será preciso levar ao plenário a análise do inquérito aberto para apurar fake news, ofensas e ameaças contra a Corte. A percepção majoritária no STF é que o episódio da censura trouxe enorme desgaste ao tribunal. Ao ponto de o próprio decano, ministro Celso de Mello, ter feito uma rara manifestação em nota com duras críticas à censura. "O decano falou pelo conjunto dos ministros", disse ao blog um integrante do STF. Fonte: G1 Notícias

Após 6 meses, Toffoli libera entrevista de Lula a jornal. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, liberou nesta quinta-feira o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a conceder entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, que havia sido proibida há mais de seis meses, antes da eleição presidencial. A decisão de Toffoli foi divulgada pouco depois de ter sido tornado público que o ministro do STF Alexandre de Moraes havia revogado a ordem de retirar dos sites O Antagonista e da revista Crusoé uma reportagem, publicada na sexta-feira da semana passada, que fazia uma suposta ligação do presidente da corte, Dias Toffoli, com a empreiteira Odebrecht. Fonte: Reuters

Previdência

Governo deve sugerir mudanças na PEC da Previdência para aprovar texto na CCJ, diz Marinho. O secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse nesta segunda-feira (22) ao Blog que o governo já trabalha com pequenos ajustes no texto da proposta de reforma da Previdência para viabilizar a votação do parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Após ser adiada na semana passada por falta de acordo, a votação do parecer do deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG) deve ser colocado em votação

no plenário da CCJ nesta terça (23). O governo acredita que conseguirá apoio do Centrão para aprovar o relatório com as mudanças que serão sugeridas por Marinho. Os pontos que podem ser flexibilizados pelo governo na proposta de emenda à Constituição (PEC) devem ser apresentados nesta segunda-feira a líderes do Centrão. Segundo Marinho, os trechos em negociação não terão impacto fiscal. Fonte: G1 Notícias

Reforma da Previdência: Onyx diz que está 'garantida' votação na CCJ na próxima semana. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse ao blog que a votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara está "garantida" para a semana que vem. O ministro afirmou que se reuniu na manhã de quarta-feira (17) com o secretário de Previdência, Rogério Marinho. Indagado se trataram de concessões que o governo aceita fazer no texto da reforma da Previdência, ele disse que o mérito só será discutido na comissão especial criada para detater o tema – na CCJ, os deputados vão decidir se a proposta cumpre os requisitos constitucionais. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse ao blog que a comissão especial só deve funcionar "para valer" a partir de 7 de maio. Para Onyx, se a primeira sessão já estiver contando, ele não vê problemas. Fonte: G1 Notícias

Governo estuda demandas de partidos para alterar texto da reforma da Previdência. O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou que o governo analisa as demandas feitas pelos partidos para alterar o texto da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A discussão da proposta no colegiado começou nesta terça-feira (16) e deverá ser retomada na próxima semana. De acordo com Rogério Marinho, ainda não há acordo sobre as alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O secretário especial disse ao blog que não devem ser feitas mudanças que alterem o impacto fiscal do texto, previsto em mais de R\$ 1 trilhão. Fonte: G1 Notícias

Sob risco de derrota, governo acena com mudanças na Previdência e cargos. Diante da ameaça real de sofrer uma derrota na votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, o governo atendeu a demandas de partidos de centro, acenou com alterações no texto da proposta, e prometeu analisar as indicações a cargos de segundo escalão. Integrantes do chamado centrão e até mesmo da legenda do presidente Jair Bolsonaro, o PSL, garantem que já foi fechado um acordo sobre as mudanças no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência. Mas uma outra ala do governo garante que o texto ainda está sob negociação. Fonte: Reuters

Último Foco

Mudança de regras para a proteção de dados pessoais tem impacto sobre o setor de saúde, dizem especialistas. Os prós e contras das novas regras de proteção de dados pessoais no setor da saúde foram o foco de audiência pública realizada nesta quarta-feira (17) para embasar a votação da Medida Provisória 869/2018. Trata-se da MP que regulamenta Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 2018). Um de seus dispositivos altera regras de compartilhamentos de dados entre entidades privadas, permitindo que, em alguns casos, seja dispensado o consentimento do titular. Esses compartilhamentos, na área da saúde, podem ocorrer entre empresas de seguro e hospitais, para efetuar pagamento de serviços; entre profissionais médicos, para composição de diagnósticos; e também entre clínicas e pesquisadores ou órgãos públicos, para subsidiar estudos e políticas públicas. Fonte: Agência Senado

Recomendação do Brasil para Internet das Coisas é aprovada pela UIT. Proposta de padronização de dispositivos de IoT foi elaborada em conjunto pelo MCTIC, Anatel e centro de pesquisa e inovação. A recomendação brasileira facilita a interoperabilidade de dispositivos de Internet das Coisas. O documento define uma classificação dos dispositivos de IoT baseada nas suas capacidades de processamento e conectividade. A partir da correlação das capacidades, são definidos os modelos de referência com os requisitos para as arquiteturas de software de cada uma das classes de dispositivos. Fonte: ASCOM - MCTIC

Setor de serviços defende reforma tributária de Cintra. Uma das principais forças de pressão contrária à reforma dos tributos federais nos últimos quatro anos, o setor de serviços defenderá no Congresso a proposta de desoneração da folha de salários com a criação de novo tributo sobre os meios de pagamentos, nos moldes da antiga CPMF. A proposta detalhada pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, prevê desoneração ampla dos salários. Para compensar perdas na arrecadação, uma das ideias é criar um tributo sobre todos os meios de pagamento, como cheque, cartão de crédito e dinheiro vivo. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governo federal lança programa Ciência na Escola. Os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram nesta semana o programa Ciência na Escola. O objetivo da iniciativa é qualificar o ensino de temas relacionados à disciplina em escolas públicas, nos

ensinos fundamental e médio. Serão disponibilizados R\$ 100 milhões para instituições apresentarem projetos visando a estimular essa temática nos bancos escolares. Os ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram nesta semana o programa Ciência na Escola. O objetivo da iniciativa é qualificar o ensino de temas relacionados à disciplina em escolas públicas, nos ensinos fundamental e médio. Serão disponibilizados R\$ 100 milhões para instituições apresentarem projetos visando a estimular essa temática nos bancos escolares. Fonte: Agência Brasil

Itamaraty questiona movimento da Amazon para obter domínio na web. O Itamaraty divulgou nota nesta quinta-feira (18) na qual questionou movimento da empresa de comércio eletrônico Amazon, dos Estados Unidos, para obter um domínio de primeiro nível “.amazon” (a exemplo dos “.com”, “.org” e outros). A companhia entrou com pedido para ter o controle do domínio junto à Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (Icann, na sigla em inglês), ente responsável pela definição de designação dessas denominações.. Fonte: Agência Brasil

MEC prepara material para explicar nova política de alfabetização. O Ministério da Educação (MEC) está finalizando um caderno que explicará as diretrizes, os princípios e os objetivos da Política Nacional de Alfabetização (PNA). A intenção é que as escolas passem a alfabetizar as crianças no primeiro ano do ensino fundamental, ou seja, geralmente aos 6 anos de idade. A orientação está em decreto publicado no último dia 11 no Diário Oficial da União. A política prevê ajuda financeira e assistência técnica da União para os municípios que aderirem ao programa, a elaboração de materiais didático-pedagógicos para serem usados nas escolas e o aumento da participação das famílias no processo de alfabetização dos estudantes. Fonte: Agência Brasil

Governo federal terá ‘ombudsman’ para receber investidores estrangeiros. O governo federal deve publicar na próxima quinta (25) um decreto que nomeia um “ombudsman” para atender investidores estrangeiros. A intenção é facilitar o acesso de informações aos interessados em aplicar recursos no Brasil. O responsável será o novo secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Carlos Pio. O texto que está na Casa Civil ampliará as regras de funcionamento já estabelecidas no decreto (íntegra) publicado pelo governo de Michel Temer que cria a atribuição. Na determinação do governo anterior, estabeleceu-se que o ombudsman atuaria apenas junto aos 16 países onde os investidores brasileiros mais tinham investimentos. Pela nova regra, não haverá esta restrição. Na visão de Pio, inicialmente, as principais demandas devem ser de investidores menores já que os grandes “tem seus próprios caminhos” para estabelecer tal relacionamento. Fonte: Poder 360